Sen. José Sarney

Sarney pela Oposição: Escárnio, aberração

MAURO CHAVES

Neste país em que as convicções doutrinárias, a coerência político-partidária, a inteireza de pensamento, palavra e ação dos homens públicos, ao longo de suas carreiras, pouquíssimo valem, ante a praxis *generalizada da vassalagem fisiológica, que leva ao troca-troca de siglas em função da irresistível grudadura ao poder, parece que ninguém se escandaliza com o fato de o ex-pessedista, ex-udenista ortodoxo, ex-udenista "bossanovista", ex-arenista, ex-presidente da Arena, ex-fundador do PDS, ex-presidente do PDS José Sarney, um mês após ter-se tornado* dissidente *de tudo aquilo que defendeu fervorosamente por 20 anos, venha a se tornar o candidato à Vice-Presidência justamente de uma Oposição, que por definição deveria ser o oposto a tudo aquilo que tal candidato foi e defendeu, em toda sua carreira política.*

Ora, compromisso é compromisso, conciliação é conciliação, e importantíssimos são, para o PMDB, os votos da Frente Liberal no colégio eleitoral. Mas ultrapassados os limites mínimos de coerência, ao ponto de trocar-se o feito pelo não feito, o dito pelo não dito, o sido pelo não sido, após longos vinte anos, esse tal "compromisso", essa tal "conciliação", superando quaisquer escrúpulos, transforma-se em algo espúrio, aberrante, mais um acinte lançado a um povo tão calejado de tantos acintes.

Pois José Sarney sempre foi uma das figuras mais bem instaladas no regime excepcional, onde sempre exerceu o papel de hábil articulador de idéias justificadoras da permanência indefinida do poder revolucionário. É extremamente irônico ver agora participar de uma Frente Liberal, quem, em junho de 1977, externava esta opinião a respeito de um regime "democrático liberal": "Sem exceção, onde a luta se faz sentir, o terror está presente, a sociedade ameaçada, as normas culturais feridas, o regime implantado é o democrático liberal" *(grifamos). Enquanto atrelado ao poder, Sarney jamais admitiu a alternância do poder, razão por que afirmava textualmente, em 16 de maio de 1979: "O governo jamais poderia promover uma reformulação partidária sem manter sua maioria parlamentar porque este é um parâmetro a ser seguido"* (O Estado, *17/5/79). Por isso é que, então coerentemente, transformou-se em ardoroso defensor dos pacotes e pacotões eleitorais do Planalto (o de abril e o de novembro). E quando o PMDB e o PP, sob a liderança de Tancredo Neves, articulavam a incorporação, como resposta à impossibilidade de coalizão partidária determinada pelo pacote, Sarney foi dos primeiros a desfraldar a bandeira intimidatória do "retrocesso institucional", a fim de tentar impor os interesses planaltinos, em relação aos quais sempre foi subserviente.*

Eis a opinião de Sarney sobre uma Constituinte: "Essa idéia é bem velha, antigo hábito do PC, dos tempos de Marx, segundo o qual um documento é sempre instrumento de mobilização da opinião pública. Eles venderam essa idéia ao mundo subdesenvolvido e os nossos partidos políticos, sempre que se acham sem perspectivas, lançam um slogan, que é um manifesto, como o da Constituinte (J.T de 27/6/77). Quer dizer, para Sarney, Constituinte sempre foi somente coisa de comunista.

Grande defensor das salvaguardas *excepcionais incorporadas à Constituição, dizia Sarney, no mesmo ano, que "não adianta pedir soluções formais, como a revogação do AI-5, e sim exercitar a democracia". Quer dizer, o senador maranhense achava que a democracia no Brasil deveria ser exercitada "como AI-5"! Sarney acusava as oposições de "desconhecer a existência, ainda bastante viva, do processo revolucionário"; e de ser possuída de "um preconceito profundamente enganoso de que os problemas institucionais são os únicos existentes, de uma tendência a supervalorizar um hiperjuridicismo formal, que nada tem a ver com as estruturas do Estado moderno"* (Jornal do Brasil, *de 14/6/77). Quer dizer, para Sarney, o Estado de Direito sempre foi um "hiperjuridicismo formal". E ao final das mesmas declarações prestadas àquele jornal, em que defendia entusiasmadamente a permanência institucionalizada do processo revolucionário, concluía o senador: "Se dermos um balanço nos resultados chegaremos à conclusão de que não temos tido governos mais injustiçados do que os governos revolucionários".*

Já em fevereiro de 1981 Sarney defendia as indiretas *para 1984, dizendo que "eleições diretas para a Presidência da República não fazem parte da plataforma do partido".* (O Estado, *13/2/81).*

Posteriormente, já neste ano, foi dos mais ferrenhos inimigos da campanha pelas diretas-já, *e um dos mais hábeis articuladores da derrota da Dante de Oliveira. Mas tendo largado o partido que fundou para disputar a Vice-Presidência pelo PMDB, e além de afirmar, cinicamente, "não fui eu que mudei, foi a política brasileira", teve Sarney a desfaçatez de dizer que "nunca fui, em nenhum momento, contra as eleições diretas"; e foi adiante em seu caradurismo, aduzindo que sua posição contrária à Dante de Oliveira "refletia a posição do cargo do presidente do partido. Restaurada minha responsabilidade pessoal, como senador e político, não posso deixar de considerar que a eleição direta passa a ser talvez a melhor das soluções para o impasse institucional que vive o País". Quer dizer, só agora, depois de vinte anos, o senador maranhense resolve "restaurar sua responsabilidade pessoal"! E antes? Como é possível ser presidente de um partido pensando-se ao contrário desse partido?*

Não foi por acaso que Sarney foi presidente da Arena, fundador e presidente do PDS. Sempre identificou-se, perfeitamente, com a vassalagem de seu partido em relação ao Planalto, tanto que, quando em setembro de 79 falou sobre o projeto do "Arenão", mereceu um editorial de O Estado *(de 21/9/79) que tinha o seguinte tópico: "É este o modelo com que Sarney sonha para a Arena, desde a lua-de-mel com a Presidência: um partido de unidade 'não apenas episódica, nas votações em plenário, mas realmente compacta como necessita o País, a fim de que os planos de governo traçados conosco atendam à Nação e ao desejo da maioria'. Por que não adotar logo de vez para o 'Arenão' o mote de Hitler, muito mais eloqüente como pregação de unidade partidária — um Povo, uma Lei, um Chefe* (Ein Volk, ein Recht, ein Fuehrer)*?"*

Pois bem. Este é um sucinto perfil de um vice-presidente que a oposição pretende lançar — cargo de enorme importância, considerando-se a idade bem avançada de quem o PMDB pretende fazer nosso próximo presidente.

Trata-se de um escárnio, de uma aberração e de uma profunda decepção para os que imaginavam — isto é, para os cidadãos do Brasil inteiro — que a chapa oposicionista Tancredo Neves haverá (ou haveria) de significar uma profunda mudança, destinada a garantir a sobrevivência deste país.